



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURÃO

EDITAL N.º 9/2005

PROJECTOS DE REGULAMENTOS MUNICIPAIS

APRECIÇÃO PÚBLICA

JOSÉ MANUEL SANTINHA LOPES, Presidente da Câmara Municipal de Mourão:

FAZ SABER que esta Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 7 de Março de 2005, deliberou submeter à apreciação pública, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, os seguintes projectos de regulamentos municipais:

1. REGULAMENTO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARROS MUNICIPAIS
2. REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE MOURÃO
3. REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE E OUTRAS UTILIZAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO
4. REGULAMENTO DO COMPLEXO DAS PISCINAS MUNICIPAIS
5. REGULAMENTO MUNICIPAL DE VENDA AMBULANTE
6. REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E HIGIENE PÚBLICA
7. REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL
8. REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA
9. REGULAMENTO MUNICIPAL DA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS
10. REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
11. REGULAMENTO MUNICIPAL DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

Nestes termos, durante o período de 30 dias úteis contados desta data, poderão todos os interessados consultar os projectos acima mencionados, nas horas normais de expediente, que se encontram expostos na Secção de Expediente Geral, Taxas e Licenças, no Edifício dos Paços do Município, na Praça da República, n.º 20, em Mourão, e apresentar reclamações, observações ou sugestões por escrito, através de carta dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Mourão, donde conste o nome, endereço, número e data do bilhete de identidade.

Para conhecimento geral se publica o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos deste município e publicado nos jornais "O Mouranense" e "Diário do Sul".

Paços do Município de Mourão, 08 de Março de 2005.

O Presidente da Câmara Municipal,



MUNICÍPIO DE MOURÃO

PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

2005



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "H. S. Azeite" and "Z. C. Azeite".

Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 207/94, de 6 de Agosto, procedeu à actualização da legislação existente em matéria de sistemas públicos e prediais de drenagem de águas residuais, aprovando os princípios gerais a que devem obedecer a respectiva concepção, constituição e exploração, aí se prevendo que a regulamentação técnica daqueles sistemas, bem como as respectivas normas de higiene e segurança, seriam aprovadas por decreto regulamentar.

Foi assim publicado o Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, que aprovou o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais, fixando-se no mesmo a entrada em vigor a partir de 24 de Agosto de 1996.

Considera-se, assim, indispensável proceder à regulamentação municipal de águas residuais, não só pela imposição legal dos diplomas supra mencionados, mas também pela necessidade de o Município possuir um instrumento que permita responder, com eficiência, às exigências que os dias de hoje impõem à Administração.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e no n.º 2 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 207/94, de 6 de Agosto, em conjugação com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é aprovado o seguinte regulamento.



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

PARTE I
Disposições Gerais
CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objecto

1 - O presente Regulamento Municipal estabelece as normas complementares ao disposto no Decreto-Lei n.º 207/94, de 6 de Agosto, e no Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, e define ainda outras regras e condições necessárias ao correcto desempenho das atribuições municipais em matéria de drenagem de águas residuais no Concelho da Mourão, designadamente quanto às condições administrativas e técnicas de drenagem, execução, manutenção e utilização das redes públicas e prediais, estrutura tarifária, sanções, reclamações e recursos.

2 - As normas fixadas neste Regulamento aplicam-se a todos os sistemas de drenagem de águas residuais.

Artigo 2.º

Legislação Aplicável

1 - A drenagem pública e predial no Concelho da Mourão obedecerá ao disposto no Decreto-Lei n.º 207/94, de 6 de Agosto, e no Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, e no Regulamento Geral de Edificações Urbanas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951, com as alterações posteriores.

2 - Em caso de omissão nos diplomas citados no número anterior, como no presente Regulamento, respeitar-se-ão as disposições legais e regulamentares em vigor, em particular em matéria de defesa dos direitos dos consumidores, protecção dos recursos naturais e saúde pública.

Artigo 3.º

Entidade Gestora

1 - Na área do Concelho da Mourão, a entidade gestora responsável pela



[Handwritten signatures and initials]

concepção, construção e exploração dos sistemas públicos de drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais é a Câmara Municipal da Mourão, podendo algumas das atribuições e actividades vir a ser exercidas por uma empresa pública municipal ou intermunicipal.

2 - Poderá ainda o Município estabelecer protocolos de cooperação com outras entidades ou associações de utentes, nos termos da lei.

3 - Além de outras obrigações previstas na lei, designadamente no artigo 4.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 207/94 de 6 de Agosto, é da responsabilidade da entidade gestora a articulação entre o plano geral de drenagem de águas residuais referido no artigo seguinte, com o Plano Director Municipal.

4 - A concepção e construção de novos sistemas públicos obedecerá a projecto a aprovar pela Câmara Municipal, em conformidade com o plano geral de drenagem de águas residuais e tendo como objectivo a resolução de problemas numa perspectiva global, tendo em conta a articulação com o planeamento urbanístico.

Artigo 4.º

Drenagem de Águas Residuais

A entidade gestora será responsável na área do Concelho da Mourão pela drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais, nas zonas ou locais onde existam redes públicas, com o objectivo final da cobertura total da sua área de intervenção.

CAPÍTULO II

Contratos

SECÇÃO I

Dos Contratos

Artigo 5.º

Contratos de Drenagem de Águas Residuais

1 - A prestação de serviços de drenagem de águas residuais é objecto de contrato celebrado entre a entidade gestora e os utilizadores.

2 - No Concelho da Mourão, salvo nos contratos que forem objecto de cláusulas



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature that appears to read 'José Carlos' and several other initials.

especiais, ou naqueles que respeitem a zonas não servidas por sistemas públicos de drenagem, o contrato é único e engloba simultaneamente os serviços de fornecimento de água e de drenagem de águas residuais.

Artigo 6.º

Elaboração e Celebração do Contrato

- 1 - Os contratos são elaborados em impressos de modelo próprio da entidade gestora e instruídos em conformidade com as disposições legais em vigor.
- 2 - Os contratos são celebrados com os utilizadores expressamente previstos no Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água do Município da Mourão.
- 3 - Quanto aos aspectos não expressamente previstos neste Regulamento, os contratos regem-se pelo disposto no Regulamento previsto no número anterior.

Artigo 7.º

Cláusulas Especiais

- 1 - Na celebração de cláusulas especiais a que se refere o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 207/94, de 6 de Agosto, deve ser acautelado tanto o interesse da generalidade dos utilizadores como o justo equilíbrio da exploração dos sistemas públicos.
- 2 - Na drenagem de águas residuais devem ser claramente definidos os parâmetros de poluição, que não devem exceder os limites aceitáveis pelo sistema.
- 3 - A entidade gestora reserva-se o direito de proceder às medições de caudal e à colheita de amostras para controlo que considere necessárias.

SECÇÃO II

Direitos

Artigo 8.º

Direitos dos Utilizadores

Os utilizadores gozam, designadamente, dos seguintes direitos:

- a) O direito à drenagem das águas residuais domésticas, industriais e pluviais, garantido pela existência e bom funcionamento dos sistemas de drenagem públicos;



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

- b) O direito à regularidade e continuidade do funcionamento dos sistemas públicos de águas residuais domésticas, industriais e pluviais;
- c) O direito à informação sobre todos os aspectos ligados à drenagem de águas residuais e aos dados essenciais à boa execução dos projectos e obras nos sistemas públicos e prediais;
- d) O direito de solicitarem vistorias;
- e) O direito de reclamação e recurso dos actos e omissões da entidade gestora que possam prejudicar os seus direitos ou interesses legalmente protegidos no âmbito das disposições legais e regulamentares em vigor.

SECÇÃO III

Obrigações

Artigo 9.º

Deveres dos Proprietários

1 - São deveres dos proprietários dos edifícios servidos por sistemas públicos de drenagem de águas residuais:

- a) Cumprir as disposições do presente Regulamento, bem como as dos diplomas referidos no artigo 2.º, na parte que lhes é aplicável, e respeitar e executar as intimações regularmente emanadas dos órgãos competentes;
- b) Manter em boas condições de conservação e funcionamento dos sistemas prediais de drenagem de águas residuais que lhes digam respeito;
- c) Pedir as ligações às redes, logo que reunidas as condições que as viabilizem ou logo que notificados para o efeito, nos termos deste Regulamento;
- d) Não proceder à alteração nos sistemas de drenagem de águas residuais prediais sem prévia autorização da entidade gestora;
- e) Cooperar com a entidade gestora, para o bom funcionamento das redes de drenagem de águas residuais;
- f) Abster-se de praticar actos que possam prejudicar a regularidade da drenagem de águas residuais;
- g) pagar pontualmente as tarifas devidas, nos termos do presente Regulamento.



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

2 - As obrigações previstas no número anterior serão assumidas, quando for esse o caso, pelos usufrutuários.

Artigo 10.º

Deveres dos Utilizadores

São deveres dos utilizadores dos sistemas prediais de drenagem de águas residuais:

- a) Cumprir as disposições do presente Regulamento, bem como as dos diplomas referidos no artigo 2.º, na parte que lhes é aplicável, e respeitar as instruções e recomendações tomadas com base neste Regulamento;
- b) Pagar pontualmente as importâncias devidas, nos termos do Regulamento e do contrato e até ao termo deste;
- c) Não fazer uso indevido das instalações prediais e dos sistemas públicos de drenagem, em especial no que respeita aos lançamentos interditos;
- d) Manter em bom estado de conservação e funcionamento os aparelhos sanitários e redes de drenagem interiores;
- e) Respeitar as condicionantes às descargas nas redes públicas de drenagem de águas residuais industriais;
- f) Cooperar com a entidade gestora, para o bom funcionamento das redes de drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais.

Artigo 11.º

Deveres da Entidade Gestora

A entidade gestora, enquanto responsável pela concepção, gestão e manutenção da rede pública de drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais, deverá cumprir as prescrições legais gerais que lhe digam respeito, nomeadamente:

- a) Garantir a continuidade do serviço normal de drenagem de águas residuais, a não ser nos casos excepcionais expressamente previstos neste Regulamento;



- b) Manter em bom estado de funcionamento e conservação os sistemas de drenagem de águas residuais;
- c) Assegurar e fiscalizar a adequação, antes da entrada em serviço tanto dos sistemas públicos de drenagem como dos sistemas prediais, e prover à realização dos ensaios que salvaguardem o respeito pelas normas técnicas em vigor;
- d) Assegurar um serviço de informação eficaz, destinado a esclarecer os utilizadores sobre as questões relacionadas com a drenagem de águas residuais.

PARTE II

Disposições Técnicas

CAPÍTULO I

Sistemas de Drenagem

Artigo 12.º

Concepção Geral

1 - A concepção dos sistemas de drenagem pública de águas residuais deve passar pela análise prévia e cuidada do destino final a dar aos efluentes, tanto do ponto de vista de protecção dos recursos naturais como de saúde pública e de economia global da obra.

2 - Na drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais, deve procurar-se um desenvolvimento da rede de colectores que possa cobrir toda a área a servir, minimizando os custos globais e procurando que o escoamento dos efluentes se faça por via gravítica de modo a favorecer a fiabilidade do sistema.

Artigo 13.º

Novos Sistemas

1 - Na concepção dos sistemas de drenagem pública de águas residuais em novas áreas de urbanização deve ser adoptado o sistema separativo.

2 - Em sistemas novos, é obrigatória a concepção simultânea dos sistemas de drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais, independentemente



[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'HPSA 1921' and 'AFB']

de eventuais faseamentos diferidos de execução de obras.

Artigo 14.º

Remodelação de Sistemas Existentes

Na remodelação de sistemas unitários ou mistos existentes deve ser considerada a transição para o sistema separativo.

Artigo 15.º

Constituição do Sistema

1 - Os sistemas de drenagem pública de águas residuais são essencialmente constituídos por redes de colectores, instalações de tratamento e dispositivos de descarga final.

2 - As águas residuais domésticas provêm de instalações sanitárias, cozinhas e zonas de lavagem de roupas e caracterizam-se por conterem quantidades apreciáveis de matéria orgânica, serem facilmente biodegradáveis e manterem relativa constância das suas características no tempo.

3 - As águas residuais industriais derivam da actividade industrial e caracterizam-se pela diversidade dos compostos físicos e ainda por apresentarem, em geral, grande variabilidade das suas características no tempo.

4 - As águas residuais pluviais, ou simplesmente águas pluviais, resultam da precipitação atmosférica caída directamente no local ou em bacias limítrofes contribuintes e apresentam geralmente menores quantidades de matéria poluente, particularmente de origem orgânica.

5 - Consideram-se equiparadas a águas pluviais as provenientes de regas de jardins e espaços verdes, de lavagem de arruamentos, passeios, pátios e parques de estacionamento, normalmente recolhidas através de sarjetas, sumidouros e ralos.

Artigo 16.º

Tipos de Sistemas

1 - Os sistemas de drenagem pública de águas residuais na área de intervenção da entidade gestora são do tipo separativo, com excepção daqueles onde



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

tecnicamente seja obrigatória a implementação de sistemas unitários.

2 - As águas de lavagem de garagens de recolha de veículos, de descargas de piscinas e de instalações de aquecimento e armazenamento de água podem ser lançadas na rede doméstica ou pluvial, conforme a afinidade e condições locais.

3 - As águas residuais provenientes de circuitos de refrigeração que não tenham tido degradação significativa na sua qualidade podem ser lançadas na rede pluvial.

Artigo 17.º

Funcionamento

1 - A entidade gestora manterá ininterruptamente os sistemas públicos das águas residuais domésticas, industriais e pluviais em funcionamento, salvo motivos de força maior.

2 - Os utentes dos sistemas atrás referidos não terão direito a qualquer indemnização por parte da entidade gestora pelos prejuízos derivados de deficiência, descuidos, defeitos ou avarias imputáveis a instalações particulares.

3 - Quando houver necessidade absoluta de alterar o normal funcionamento dos sistemas municipais, por motivo de execução de obras programadas ou por outra causa sem carácter de urgência, a entidade gestora avisará prévia e publicamente os utentes dos sistemas que devam ser afectados.

CAPÍTULO II

Obrigatoriedade de Instalação e de Ligação às Redes de Drenagem

SECÇÃO I

Obrigatoriedade de Instalação e de Ligação

Artigo 18.º

Ligação às Redes de Drenagem Pública

1 - As redes de águas residuais domésticas e pluviais dos edifícios abrangidos pela rede pública devem ser obrigatoriamente ligadas a esta por ramais de ligação.

2 - Em edifícios de grande dimensão ou sempre que tecnicamente justificável,



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

pode-se dispor de mais de um ramal de ligação para cada tipo de águas residuais.

Artigo 19.º

Obrigatoriedade de Instalação e de Ligação

1 - Todos os edifícios novos, remodelados ou ampliados deverão prever redes prediais separativas de drenagem de águas residuais, independentemente da existência ou não de rede pública no local.

2 - As redes a instalar, nos termos do número anterior, em locais onde não existam redes públicas deverão ser executadas de modo a permitir, no futuro, a sua fácil ligação àquelas redes.

3 - Em todos os edifícios é obrigatória a ligação às redes públicas de drenagem de águas residuais, quando existam ou aquando da sua instalação.

4 - A entidade gestora notificará o proprietário ou usufrutuário, estabelecendo prazo, não inferior a trinta dias, para que dêem cumprimento ao estipulado no número anterior.

5 - Quando os proprietários ou usufrutuários dos prédios, depois de devidamente notificados nos termos do disposto no número anterior, não cumpram a obrigação imposta, a entidade gestora poderá proceder às respectivas ligações, devendo o pagamento da correspondente despesa ser feito por aqueles, no prazo de trinta dias após a notificação para o efeito, findo o qual se procederá à cobrança coerciva da importância devida, sem prejuízo da eventual aplicação da respectiva coima.

6 - Nos prédios ligados à rede pública, em que seja detectada a existência de ligações indevidas de esgotos domésticos a redes pluviais ou vice-versa, os proprietários ou usufrutuários terão de proceder à sua rectificação. A entidade gestora notificará o proprietário ou usufrutuário para executar as obras necessárias em condições que indicará e nos prazos adequados, nos termos da legislação em vigor.

7 - Se os proprietários ou usufrutuários dos prédios a que se refere o número anterior não derem cumprimento, no prazo fixado, às alterações mandadas introduzir nas suas redes interiores, a entidade gestora poderá executar as obras coercivamente, a expensas dos obrigados.



[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'PW', 'V. S. S. S.', 'Z. C. S.', 'J. A. S.', and 'A. D. S.']

Artigo 20º

Edificações Abrangidas

Ficam subordinadas às disposições da presente secção todas as edificações, qualquer que seja a sua utilização, localizadas em zonas servidas por sistemas públicos de drenagem de águas residuais.

Artigo 21.º

Obrigatoriedade de Aceitação do Serviço

1 - Nas zonas servidas por sistemas públicos de drenagem de águas residuais são obrigatórios, quer a aceitação do serviço, tal como se achar definido pela entidade gestora, quer o estabelecimento, em todas as edificações, de instalações e equipamentos de drenagem de águas residuais, qualquer que seja o seu tipo, apropriados à inserção nos sistemas públicos.

2 - Os custos inerentes ao projecto, construção, operação e manutenção das instalações e equipamento privativos das edificações serão da conta dos respectivos proprietários ou usufrutuários.

3 - Logo que se inicie o serviço inerente ao sistema público, os proprietários ou usufrutuários das edificações onde existam outros dispositivos de evacuação dos esgotos domésticos que não fiquem fazendo parte do sistema serão obrigados a demoli-los ou entulhá-los, dentro de trinta dias, depois de esvaziados e desinfectados, devendo as matérias retiradas ser depositadas em aterro sanitário ou em condições aprovadas pela entidade gestora.

4 - É proibido construir quaisquer instalações de tratamento e destino final não adequadas aos sistemas públicos de drenagem dos esgotos domésticos e industriais nas zonas por eles servidas.

5 - As edificações devolutas ou em vias de expropriação ficam isentas das obrigações previstas no n.º 1 deste artigo, desde que no seu interior não se produzam quaisquer águas residuais.

Artigo 22.º

Instalações Interiores em Prédios Novos



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature that appears to be 'JW' and several other initials and marks.

a Remodelar ou Ampliar

1 - Aos prédios a construir, a remodelar ou ampliar, em arruamentos servidos pela rede pública de drenagem de águas residuais, não poderá ser concedida licença de utilização pela Câmara Municipal, se não dispuserem de rede de canalizações interiores e dos ramais de ligação à rede pública nos termos prescritos neste Regulamento.

2 - Só são permitidas modificações nas redes de canalizações interiores com prévia apresentação de projecto de alterações e aprovação da entidade gestora.

SECÇÃO II

Repartição de Encargos

Artigo 23.º

Encargos de Execução das Obras

1 - Os encargos resultantes da execução de obras a que se refere o artigo anterior e dos ramais de ligação serão inteiramente suportados pelos proprietários, usufrutuários ou requerentes da licença de construção das edificações a que respeitam tais obras.

2 - A execução das obras será feita da seguinte forma:

- a) As instalações e equipamentos privativos das edificações e os trabalhos indicados no n.º 3 do artigo 19.º serão promovidos pelos proprietários, usufrutuários ou requerentes da licença de construção das edificações;
- b) Os ramais de ligação aos sistemas públicos serão executados pela entidade gestora ou por outras entidades, públicas ou privadas, competindo à entidade gestora a sua aprovação e a fiscalização da obra.

Artigo 24.º

Custo e Pagamento dos Ramais de Ligação

1 - A entidade gestora calculará os custos dos ramais de ligação, tendo em atenção as tabelas de prestação de serviços em vigor. Os valores calculados têm em atenção os custos dos materiais, da mão-de-obra e máquinas a utilizar neste tipo de



trabalhos, bem como outros custos, designadamente de carácter administrativo.

2 - A construção de ramais, quando executada pela entidade gestora, será facturada e apresentada ao proprietário ou usufrutuário mediante uma relação discriminada das quantidades de trabalho e respectivos custos ou documento equivalente, acrescidos de uma percentagem de 35% para encargos de administração.

Artigo 25.º

Encargos da Reparação e Conservação e Substituição de Ramais de Ligação

A reparação, conservação e substituição dos ramais de ligação competem à entidade gestora, a expensas suas, sem prejuízo do direito de indemnização que lhe assistirá, nos termos gerais, se a necessidade de tais trabalhos for imputável a facto de outrem.

Artigo 26.º

Casos de Debilidade Económica

1 - Em casos de comprovada debilidade económica dos proprietários ou usufrutuários, poderá ser autorizado, se nesse sentido for requerido no prazo de oito dias a contar da notificação do pagamento dos ramais de ligação, que este seja efectuado até doze prestações mensais, a vencer no último dia de cada mês.

2 - Se o pagamento de alguma das prestações em que foi distribuída a dívida não for efectuado até à data do vencimento, considerar-se-ão vencidas as prestações ainda não pagas, que passarão a vencer juros de mora, à taxa legal.

CAPÍTULO III

Condições de Drenagem de Águas Residuais

SECÇÃO I

Admissão de Águas Residuais em Sistemas Públicos de Drenagem

Artigo 27.º

Admissão de Águas Residuais em Sistemas Públicos de Drenagem



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

1 - A admissão de águas residuais em sistemas públicos rege-se pelo disposto no citado Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, no que respeita a características qualitativas e quantitativas admissíveis.

2 - Se, pelas suas características, as águas residuais não forem admissíveis, deverão ser submetidas a um prévio tratamento apropriado, o qual será objecto de projecto a aprovar pela entidade gestora.

3 - As despesas inerentes aos projectos e obras relativos a instalações de tratamento particulares serão imputadas aos proprietários ou usufrutuários das edificações ou de prédios produtores das águas residuais.

4 - Em caso algum podem ser lançadas nos sistemas de drenagem, as matérias e substâncias que a lei qualifica como interditas.

Artigo 28.º

Descarga na Rede Pública

As águas residuais industriais, sempre que possam ser misturadas, com vantagens técnicas e económicas, com as águas residuais domésticas, devem obedecer às regras previstas nos artigos seguintes.

Artigo 29.º

Condicionantes à Descarga do Sector Agro-Alimentar

1 - As águas residuais das indústrias alimentares, de fermentação e de destilaria só são admitidas nos colectores públicos depois de verificada a necessidade de pré-tratamento.

2 - As águas residuais das indústrias de lacticínios só podem ser admitidas nos colectores públicos se forem depuradas em conjunto com elevado volume de águas residuais domésticas, de modo a garantir-se um grau de diluição aceitável.

3 - As águas residuais das indústrias de azeite, designadas por águas ruças, não podem ser conduzidas para as redes públicas de drenagem, devendo promover-se o seu transporte a local adequado.

4 - As águas residuais das indústrias de matadouros e de pecuária só podem ser



[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'JW', 'KPS', 'Luch', and others.]

introduzidas nos colectores públicos se sofrerem pré-tratamento adequado e se o seu volume for compatível com a diluição necessária com as águas residuais domésticas.

Artigo 30.º

Condicionantes à Descarga do Sector Industrial, Florestal e Mineiro

1 - As águas residuais das indústrias de tabacos, madeira, produtos florestais, têxteis e motores só podem ser admitidas nos colectores públicos depois de verificada a necessidade de pré-tratamento.

2 - As águas residuais das indústrias de celulose e papel não devem ser tratadas em conjunto com as águas residuais domésticas.

3 - As águas residuais das indústrias metalúrgicas, de petróleo e seus derivados não são admitidas nos colectores públicos.

4 - As águas residuais das indústrias químicas e farmacêuticas, dada a sua variedade, só podem ser aceites nos colectores públicos se se provar previamente que, com ou sem pré-tratamento, são susceptíveis de tratamento conjunto com as águas residuais domésticas.

5 - As águas residuais das indústrias de galvanoplastia devem ser tratadas, não sendo permitida a incorporação destas águas residuais nos colectores públicos, a menos que, na totalidade, representem menos de 1% do volume total das águas residuais.

6 - Nas indústrias de pesticidas, devem prever-se sistemas de tratamento adequados, antes de se fazer a sua junção no colector público.

7 - As águas residuais das indústrias de resinas sintéticas só podem ser descarregadas nos colectores públicos se o seu teor em fenol for inferior a 100mg/l.

8 - As águas residuais das indústrias de borracha podem sofrer a adição de nutrientes para permitir depuração biológica conjunta.

9 - As águas residuais das indústrias metalomecânicas podem ser aceites nos colectores públicos, desde que representem uma pequena fracção do efluente doméstico.

10 - As águas residuais das indústrias extractivas e afins devem ser objecto de



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

exame, caso a caso, relativamente aos processos físicos e químicos com que estão relacionadas, e ser tratadas em instalações com elevado grau de automatização.

11 - A descarga na rede pública das águas residuais industriais referidas nos números anteriores, bem como as omissas, será sujeita a prévia aprovação da entidade gestora, tendo subjacentes os critérios de qualidade previstos na normaçoão anterior.

Artigo 31.º

Lançamentos Interditos

Sem prejuízo de legislação especial, é interdito o lançamento nas redes de drenagem pública de águas residuais, qualquer que seja o seu tipo, directamente ou por intermédio de canalizações prediais, de:

- a) Matérias explosivas ou inflamáveis;
- b) Matérias radioactivas em concentrações consideradas inaceitáveis pelas entidades competentes;
- c) Efluentes de laboratórios ou de instalações hospitalares que, pela sua natureza química ou microbiológica, constituam um elevado risco para a saúde pública ou para a conservação das tubagens;
- d) Entulhos, areias ou cinzas;
- e) Efluentes a temperaturas superiores a 30°C;
- f) Lamas extraídas de fossas sépticas e gorduras ou óleos de câmara retentoras ou dispositivos similares, que resultem das operações de manutenção;
- g) Quaisquer outras substâncias, nomeadamente sobejos de comida e outros resíduos, triturados ou não, que possam obstruir ou danificar os colectores e os acessórios ou inviabilizar o processo de tratamento;
- h) Efluentes de unidades industriais que contenham: compostos cíclicos hidroxilados e seus derivados halogenados; matérias sedimentáveis, precipitáveis e flutuantes que, por si ou após mistura com outras substâncias existentes nos colectores, possam pôr em risco a saúde ou as estruturas dos sistemas; substâncias que impliquem a destruição dos processos de



[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'Sakre', 'Lap', and 'AD']

tratamento biológico; substâncias que possam causar a destruição dos ecossistemas aquáticos ou terrestres nos meios receptores ou quaisquer substâncias que estimulem o desenvolvimento de agentes patogénicos.

Artigo 32.º

Operação e Manutenção das Instalações de Tratamento Particulares

A operação e manutenção das instalações de tratamento particulares ficará a cargo dos proprietários ou usufrutuários das edificações ou outros prédios produtores de águas residuais, constituindo o que se designará por sistemas privados.

Artigo 33.º

Instalações e Equipamentos de Sistemas Privados

1 - A entidade gestora controlará, mediante vigilância apropriada, o funcionamento dos sistemas privados, sob o ponto de vista técnico e sanitário.

2 - As entidades detentoras de sistemas privados de tratamento de águas residuais deverão proceder a auto-controle do funcionamento dos mesmos, efectuando para tal regular colheita de amostras e respectiva análise, de acordo com a legislação em vigor, atestando assim a eficácia do funcionamento dos respectivos órgãos de tratamento.

SECÇÃO II

Extensão dos Sistemas

Artigo 34.º

Extensão dos Sistemas de Descarga Existentes

1 - Os proprietários ou usufrutuários dos prédios situados dentro de zona urbanizada, mas em local não servido pela rede pública de drenagem de águas residuais e exigindo por isso o seu prolongamento, terão que requerer a sua ligação à rede pública.

2 - A despesa resultante de prolongamento da rede deverá ser distribuída pelos interessados em partes proporcionais aos valores patrimoniais dos prédios ou



habitações a servir, podendo a entidade gestora comparticipar na despesa, no caso de se preverem outros utilizadores para essa rede.

3 - Os proprietários de urbanizações particulares terão que instalar as redes de drenagem de águas residuais nos armamentos daquelas urbanizações, após aprovação dos respectivos projectos pela entidade gestora, em conformidade com os materiais aprovados pelos mesmos, executando aquelas redes de drenagem de acordo com os Regulamentos em vigor e sob a fiscalização da entidade gestora.

4 - As despesas de ligação das redes das urbanizações particulares à rede pública constituem encargo dos respectivos promotores.

5 - As redes de drenagem de águas residuais instaladas nas condições deste artigo ficam, em qualquer caso, da propriedade exclusiva da entidade gestora.

CAPÍTULO IV

Projecto, Execução e Ensaio

SECÇÃO I

Cadastro

Artigo 35.º

Cadastro dos Sistemas

A entidade gestora deverá manter em arquivo o cadastro dos sistemas de drenagem de águas residuais públicos e prediais.

Artigo 36.º

Identificação das Canalizações

As canalizações instaladas à vista ou visitáveis devem ser identificadas consoante a natureza das águas residuais transportadas, de acordo com as regras de normalização estabelecidas.

SECÇÃO II

Concepção e Dimensionamento dos Sistemas Públicos



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

Artigo 37.º

Natureza dos Materiais

1 - As redes de drenagem serão executadas nos materiais a autorizar pela entidade gestora, tendo em atenção as condições de exploração, de instalação e a defesa da saúde pública.

2 - A entidade gestora fornecerá aos urbanizadores ou projectistas a indicação do tipo de materiais a utilizar nas redes públicas de drenagem, designadamente nas tubagens, órgãos e acessórios.

Artigo 38.º

Protecção

Sempre que o material das redes possa ser sujeito a agentes agressivos, quer internos, quer externos, deve prever-se a sua conveniente protecção de acordo com a natureza desses agentes.

Artigo 39.º

Implantação de Redes na Via Pública

A implantação de redes de drenagem de águas residuais na via pública deverá cumprir integralmente o disposto no Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, bem como as normas municipais em vigor, sendo executada sob fiscalização da entidade gestora.

Artigo 40.º

Concepção, Dimensionamento, Projecto e Execução de Obras

A concepção e dimensionamento dos sistemas, a apresentação dos projectos e execução das respectivas obras deverão cumprir integralmente o estipulado na legislação em vigor, nomeadamente o Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e a Portaria n.º 1110/2001, de 19 de Setembro, bem como as normas municipais aplicáveis.



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'W. V. S. L. 2014' and 'A. C. 2014'.

Artigo 41.º

Escoamentos Gravíticos e Bombados de Águas Residuais

1 - Todas as águas residuais recolhidas acima ou ao mesmo nível do arruamento onde está instalado o colector público em que vão descarregar devem ser escoadas para este colector, por meio da acção da gravidade.

2 - As águas residuais recolhidas abaixo do nível do arruamento, como é o caso de caves, mesmo que localizadas acima do nível do colector público, devem ser elevadas para um nível igual ou superior ao do arruamento, atendendo ao possível funcionamento em carga do colector público, com o consequente alagamento das caves.

3 - Em casos especiais, a aplicação de soluções técnicas que garantam o não alagamento das caves pode dispensar a exigência do número anterior.

4 - Para prevenção da contaminação deve observar-se o estipulado no artigo 85.º do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto.

SECÇÃO III

Instalações Complementares

Artigo 42.º

Instalações Elevatórias

1 - As instalações elevatórias devem ser implementadas em locais que permitam uma fácil inspecção e manutenção e minimizem os efeitos de eventuais ruídos, vibrações ou cheiros.

2 - As instalações elevatórias devem ser construídas tendo em atenção o disposto no Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, considerando a necessidade de dispor de ventilação secundária, devendo o nível máximo da superfície livre no interior da câmara de bombagem não ultrapassar a cota de soleira da mais baixa canalização afluente e o caudal a elevar ser igual ao caudal afluente, acrescido de uma margem de caudal que garanta a segurança adequada das instalações.



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

Artigo 43.º

Câmaras Retentoras

1 - As câmaras retentoras têm por finalidade separar e reter matérias transportadas pelas águas residuais que sejam susceptíveis de produzir obstruções, incrustações ou outros danos nas canalizações ou nos processos de depuração.

2 - As câmaras retentoras de óleos e gorduras e as câmaras retentoras de hidrocarbonetos têm por finalidade a separação, por flutuação, de matérias leves.

3 - As câmaras retentoras de sólidos têm por finalidade a separação, por sedimentação, de matérias pesadas.

Artigo 44.º

Dimensionamento das Câmaras Retentoras

As câmaras retentoras devem ser dimensionadas de modo a terem volume e área de superfície livre adequados ao caudal afluente e ao teor de gorduras, hidrocarbonetos ou sólidos a reter.

Artigo 45.º

Implantação das Câmaras

1 - As câmaras retentoras devem localizar-se tão próximo quanto possível dos locais produtores dos efluentes a tratar e em zonas acessíveis, de modo a permitir a sua inspecção periódica e a oportuna remoção das matérias retidas.

2 - Não é permitida a introdução, nas câmaras retentoras, de águas residuais provenientes de bacias de retrete e urinóis.

Artigo 46.º

Aspectos Construtivos das Câmaras

1 - As câmaras retentoras podem ser pré fabricadas ou construídas no local e devem ser impermeáveis, dotadas de dispositivos de fecho resistentes e que impeçam a passagem dos gases para o exterior.

2 - As soleiras devem ser planas e rebaixadas em relação à canalização de saída.



3 - Estas câmaras devem ser ventiladas e dotadas de sifão incorporado ou localizado imediatamente a jusante, caso não existam sifões nos aparelhos.

SECÇÃO IV

Apresentação de Projectos, Execução de Obras e Fiscalização

Artigo 47.º

Projecto de Drenagem de Águas Residuais Prediais

1 - As redes de drenagem das águas residuais de um prédio não poderão ser executadas ou modificadas sem que tenha sido aprovado o respectivo projecto pela entidade gestora nos termos deste Regulamento.

2 - Este projecto compreenderá:

- a) Índice de todas as peças que compõem o traçado;
- b) Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto;
- c) Planta de localização informada pela entidade gestora;
- d) Cálculos hidráulicos;
- e) Memória descritiva da obra a construir ou alterar;
- f) Peças desenhadas.

Artigo 48.º

Inscrição de Canalizadores ou Empresas

1 - A instalação de redes de drenagem de águas residuais interiores só poderá ser executada por canalizadores ou por empresas que estiverem inscritos na entidade gestora.

2 - A inscrição a que se refere o número anterior depende da comprovação de capacidade técnica adequada, aferível por carteira ou outro título profissional válido ou, no caso de empresas, pelo quadro técnico de que disponham ou pela titularidade como industriais de construção civil, dos alvarás ou certificados que contenham as autorizações necessárias.

3 - Para os efeitos deste artigo a entidade gestora registará as inscrições dos profissionais e empresas do ramo e fornecerá um cartão de identificação.



[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'H. S. Salazar' and '77-2a']

4 - As empresas inscritas são obrigadas a manter actualizada a inscrição do seu quadro de canalizadores e nomear um canalizador ou técnico responsável.

Artigo 49.º

Responsabilidade Pela Aprovação

A aprovação das redes de drenagem interiores não implica qualquer responsabilidade para a entidade gestora por danos motivados por má utilização das redes internas e seus acessórios ou por descuido dos utentes.

Artigo 50.º

Fiscalização

1 - Todas as redes de drenagem interiores consideram-se sujeitas à fiscalização da entidade gestora, que poderá proceder à sua inspecção sempre que o julgue conveniente, independentemente de qualquer aviso, indicando por escrito nesse acto as reparações que forem necessárias e o prazo dentro do qual deverão ser feitas.

2 - A execução das redes de drenagem das águas residuais interiores fica sempre sujeita à fiscalização da entidade gestora, que verificará se a obra foi executada de acordo com o projecto previamente aprovado.

Artigo 51.º

Comunicação de Início e Conclusão da Obra

1 - O técnico responsável pela execução da obra deverá comunicar por escrito, à entidade gestora, o início e fim daquela, para efeitos de fiscalização, vistoria e ensaio de redes.

2 - A comunicação do início da obra deverá ser feita com a antecedência mínima de três dias úteis.

3 - A entidade gestora efectuará as vistorias parciais ou finais, fiscalizando a realização de ensaios das redes no prazo de cinco dias úteis após a recepção da comunicação do fim da obra, na presença do seu técnico responsável.

4 - Depois de efectuada a vistoria e os ensaios a que se refere o número anterior, a entidade gestora dará como concluída a obra, desde que tenha sido executada nos termos do projecto aprovado e satisfeitas as condições de ensaio.



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

Artigo 52.º

Obrigatoriedade dos Ensaios

É obrigatória a realização de ensaios de estanquidade e de eficiência, com a finalidade de assegurar o correcto funcionamento das redes de drenagem de águas residuais.

Artigo 53.º

Ensaios de Estanquidade

1 - Nos ensaios de estanquidade com ar ou fumo, nas redes de águas residuais domésticas, deve observar-se o seguinte:

- a) O sistema é submetido a uma injeção de ar ou fumo à pressão de 400 Pa, cerca de 40mm de coluna de água, através de uma extremidade, obturando-se as restantes ou colocando nelas sifões com fecho hídrico regulamentar;
- b) O manómetro inserido no equipamento de prova não deve acusar qualquer variação, durante pelo menos 15 minutos depois de iniciado o ensaio;
- c) Caso se recorra ao ensaio de estanquidade com ar, deve adicionar-se produto de cheiro activo, como por exemplo a hortelã, de modo a facilitar a localização de fugas.

2 - Nos ensaios de estanquidade com água, nas redes de águas residuais domésticas, deve observar-se o seguinte:

- a) O ensaio incidirá sobre os colectores prediais da edificação, submetendo-os a carga igual à resultante de eventual obstrução;
- b) Deverão tamponar-se os colectores e cada tubo de queda encher-se-á de água até à cota correspondente à descarga do menos elevado dos aparelhos que neles descarregam;
- c) Nos colectores prediais enterrados, um manómetro ligado à extremidade inferior tamponada não deverá acusar abaixamento de pressão, pelo menos durante 15 minutos.

Artigo 54.º

Ensaio de Eficiência



Os ensaios de eficiência correspondem à observação do comportamento dos sifões quanto a fenómenos de auto-sifonagem e sifonagem induzida, esta a observar em conformidade com o indicado no Anexo XXII do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto.

CAPÍTULO V

Ramais de Ligação dos Prédios à Rede Pública

Artigo 55.º

Finalidade

Os ramais de ligação têm por finalidade assegurar a condução das águas residuais prediais, desde as câmaras de ramal de ligação até à rede pública.

Artigo 56.º

Caudais de Cálculo

Os caudais de cálculo são determinados de acordo com o estipulado no Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto.

Artigo 57.º

Dimensionamento Hidráulico-Sanitário

No dimensionamento hidráulico-sanitário dos ramais de ligação deve atender-se ao caudal e às seguintes regras:

- As inclinações não devem ser superiores a 15%, sendo aconselhável que se mantenham entre 2% e 4%;
- Para inclinações superiores a 15% devem prever-se dispositivos especiais de ancoragem dos ramais;
- A altura do escoamento não deve exceder a meia secção.

Artigo 58.º

Diâmetro Nominal

O diâmetro nominal mínimo admitido nos ramais de ligação é de 140 mm.



[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'JW', 'H', 'G. Seferze', and others.]

Artigo 59.º

Inserção na Rede de Drenagem Pública

1 - A inserção dos ramais de ligação na rede pública pode fazer-se nas câmaras de visita ou, directa ou indirectamente, nos colectores, de acordo com o disposto nos números seguintes.

2 - A inserção directa dos ramais de ligação nos colectores só é admissível para diâmetros destes últimos superiores a 500 mm e deve fazer-se a um nível superior a dois terços de altura daquele.

3 - A inserção nos colectores pode fazer-se por meio de forquilhas simples com um ângulo de incidência igual a 45°, sempre no sentido do escoamento, de forma a evitar perturbações na veia líquida principal.

Artigo 60.º

Traçado

1 - O traçado dos ramais de ligação deve ser rectilíneo, tanto em planta como em perfil.

2 - A inserção do ramal na forquilha pode ser feita por curva de concordância de ângulo complementar do da forquilha.

Artigo 61.º

Ventilação da Rede

Não devem existir dispositivos que impeçam a ventilação da rede pública através dos ramais de ligação e das redes prediais.

Artigo 62.º

Câmara de Ramal de Ligação

1 - É obrigatória a construção de câmaras implantadas na extremidade a jusante dos sistemas prediais, estabelecendo a ligação destes aos respectivos ramais de ligação, localizadas preferencialmente fora de edificação, em logradouros, quando existam, junto à via pública e em zona de fácil acesso, ficando os aros e tampas visíveis ou devidamente assinalados de modo a permitir a sua fácil remoção.

2 - Quando as câmaras de ramal de ligação não possam ser instaladas no



exterior das edificações, por implicações com outras infra-estruturas, as mesmas devem ser instaladas dentro das edificações, em zona de fácil acesso e em zonas comuns nos edifícios de vários fogos, ficando os aros e tampas devidamente assinalados de modo a permitir a sua fácil remoção.

3 - Não deve existir nas câmaras de ramal de ligação, nos ramais de ligação ou nos colectores prediais, qualquer dispositivo ou obstáculo que impeça a ventilação da rede pública através da rede predial.

Artigo 63.º

Condições de Instalação

O proprietário ou usufrutuário pode requerer alterações às especificações estabelecidas pela entidade gestora do ramal de ligação do sistema predial à rede pública, devidamente justificadas, nomeadamente no traçado e no diâmetro compatíveis com as condições de exploração e manutenção do sistema público. A entidade gestora pode deferir o pedido, desde que o requerente tome a seu cargo o acréscimo nas respectivas despesas, se o houver.

Artigo 64.º

Entrada em Serviço

Nenhum ramal de ligação pode entrar em serviço sem que os sistemas prediais tenham sido verificados e ensaiados de acordo com o preconizado no Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto.

PARTE III

Tarifas, Sanções e Disposições Finais

CAPÍTULO I

Tarifas, Isenções e Cobrança

SECÇÃO I

Tarifas

Artigo 65.º

Regime Tarifário



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

1 - Para amortizar os encargos provenientes do estabelecimento e conservação dos sistemas públicos de águas residuais, a entidade gestora cobrará, para além dos custos dos ramais de ligação, a que se refere o artigo 23.º do presente Regulamento, as tarifas e os preços enunciados no artigo seguinte.

2 - Compete à Câmara Municipal definir os valores das tarifas a pagar pelos diferentes utilizadores dos sistemas públicos de drenagem de águas residuais.

3 - As deliberações a que se refere o número anterior deverão ser tomadas sempre, e em princípio, no mesmo período do ano, e serão objecto de publicidade por edital, não podendo entrar em vigor antes de decorridos vinte dias a contar da publicação.

4 - Tanto na fixação das tarifas médias como na definição da estrutura tarifária deverá atender-se aos princípios do equilíbrio económico e financeiro do serviço, com um nível de atendimento adequado.

Artigo 66.º

Tarifas e Preços

1 - Na área do Município de Mourão, para amortização dos encargos relativos à drenagem das águas residuais, serão devidas as seguintes tarifas:

- a) Tarifa de ligação;
- b) Tarifa de utilização.

2 - Poderá ainda a entidade gestora, no âmbito das actividades relativas à construção, exploração e administração dos sistemas públicos de drenagem de águas residuais, cobrar os seguintes preços por serviços prestados:

- a) Ampliação e extensão da rede pública, quando esses encargos possam caber aos proprietários ou usufrutuários;
- b) Serviços avulsos, tais como pequenas reparações, desentupimentos, etc..

3 - Poderão também ser cobradas as seguintes tarifas por serviços prestados:

- a) Vistorias;
- b) Ensaios;
- c) Colocação, transferência e reaferição de medidores de caudal;
- d) Limpeza de fossas.



4 - Salvo disposição em contrário, os valores das tarifas serão estabelecidos por referência ao salário mínimo nacional para o comércio, indústria e serviços, expressos na moeda correspondente, e arredondados ao cêntimo imediatamente superior.

SECÇÃO II

Definição, Cálculo e Aplicação de Tarifas

SUBSECÇÃO I

Tarifa de Ligação

Artigo 67.º

Definição da Tarifa de Ligação

A tarifa de ligação corresponde à contraprestação pela disponibilização do sistema de drenagem de águas residuais e pelo serviço que assegura a anexação das redes prediais ao mesmo sistema.

Artigo 68.º

Incidência da Tarifa de Ligação

1 - Na configuração constante do artigo anterior, a tarifa de ligação incide sobre a valia da permissão de ligação de um prédio ou fracção autónoma, quando for caso disso, aos sistemas públicos de drenagem de águas residuais já estabelecidos, sendo determinada com base no valor patrimonial dos prédios, para efeitos de imposto municipal sobre imóveis nos casos de prédios urbanos destinados a habitação, utilização colectiva, actividade comercial ou a outras aplicações similares, e à área produtora de águas residuais, no caso de prédios rústicos e de prédios urbanos destinados a actividade industrial.

2 - A tarifa de ligação é devida pelo proprietário ou usufrutuário do prédio e, solidariamente, pelo requerente da licença de construção, quando este não possuir qualquer daquelas qualidades.



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "H. S. de..." and "A. J. de...".

Artigo 69.º

Valor da Tarifa de Ligação

1 - O valor da tarifa de ligação e as respectivas condições de liquidação e pagamento serão fixadas pela Câmara Municipal, em obediência às regras e princípios indicados no artigo 65.º e neste preceito.

2 - Para a determinação do valor da tarifa de ligação, incidindo sobre os prédios urbanos destinados a actividade industrial, a área produtora de águas residuais englobará a totalidade da área bruta coberta total das edificações existentes e a área ao ar livre ocupada por instalações e equipamentos que produzam águas residuais.

3 - Para a determinação do valor da tarifa de ligação, incidindo sobre os prédios rústicos, a área de produtora de águas residuais será fixada pela Câmara Municipal, caso a caso, consoante as características de ocupação e implantação das instalações e equipamentos susceptíveis de contribuir de tais águas.

Artigo 70.º

Pagamento da Tarifa de Ligação

1 - A tarifa de ligação será paga, por uma só vez, antes da passagem da licença de utilização, quando se tratar de prédios urbanos novos, ou no momento em que for requerida a ligação ao sistema público de drenagem, quando se tratar de prédios já existentes, mas ainda não ligados, ou de prédios rústicos.

2 - Caso a entidade gestora se substitua aos proprietários ou usufrutuários, nos termos do n.º 5 do art. 19.º, a liquidação da tarifa será notificada a estes em simultâneo com a comunicação do custo e encargo da obra, devendo ser paga em igual prazo de trinta dias.

Artigo 71.º

Pagamento em Prestações e Redução da Tarifa de Ligação

1 - Em caso de comprovada carência económica dos proprietários ou usufrutuários, desde que pessoas singulares, aferida de acordo com o disposto no número 3 poderá, a requerimento do interessado e com base num plano de pagamentos, ser autorizado o pagamento em prestações da tarifa de ligação e, bem



assim, em caso de mora, dos juros devidos até à data de apresentação daquele requerimento.

2 - Na situação descrita no número anterior poderá ser requerida a redução da tarifa de ligação.

3 - A carência económica afere-se mediante entrega de requerimento nos serviços competentes, onde constem todos os elementos necessários à apreciação daquela, sem prejuízo de posterior verificação dos serviços, através de inquérito social.

SURSECÇÃO II

Tarifa de utilização

Artigo 72.º

Definição da Tarifa de Utilização

A tarifa de utilização destina-se a prover aos encargos de gestão e exploração dos sistemas públicos de drenagem de águas residuais.

Artigo 73.º

Incidência da Tarifa de Utilização

1 - A tarifa de utilização incide sobre a valia dos serviços disponibilizados aos utilizadores que gozem da ligação dos respectivos sistemas à rede pública de drenagem ou que, em qualquer caso, celebrem contrato com a entidade gestora.

2 - A tarifa de utilização será determinada com base nos consumos de água, havidos ou estimados.

3 - A tarifa de utilização é devida pelo titular do contrato de fornecimento de água ou pelo titular de contrato autónomo de recolha de águas residuais.

Artigo 74.º

Valor da Tarifa de Utilização

1 - O valor da tarifa de utilização e as respectivas condições de liquidação e pagamento serão fixadas pela Câmara Municipal, em obediência às regras e princípios



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

indicados no artigo 65.º e neste preceito.

2 - Se as águas residuais produzidas não forem total ou parcialmente originárias de sistemas públicos de distribuição de água, a parte que não o for será medida com o auxílio de um dispositivo de medição contínua devidamente aferido e dará lugar ao pagamento da tarifa de utilização calculada sobre o volume da água proveniente de outros sistemas.

3 - Não sendo possível a instalação de dispositivos de medição contínua de qualquer espécie, a entidade gestora fará uma estimativa do volume lançado no sistema público de drenagem de águas residuais, com prévia audição do utente interessado.

4 - Na definição da estrutura tarifária, poderá a Câmara Municipal vir a fixar factores de correcção, designadamente para agentes económicos, de forma a garantir-se maior adequação e equidade nos custos a debitar a tais utilizadores.

Artigo 75.º

Pagamento da Tarifa de Utilização

1 - A tarifa de utilização será cobrada juntamente com a factura relativa ao consumo de água, com a devida menção.

2 - A tarifa de utilização será cobrada mensalmente, contra recibo apropriado, nos casos no n.º 2 do artigo anterior, em que as águas residuais produzidas não sejam originárias, na totalidade, de sistemas públicos de distribuição de água.

3 - As cobranças da tarifa de utilização reger-se-ão pelas normas aplicáveis às cobranças dos consumos de água.

4 - Atendendo à estrutura tarifária dos consumos de água, a tarifa será cobrada pelo preço do escalão máximo atingido, tendo em consideração o consumo médio mensal.

CAPÍTULO II

Sanções, Reclamações e Recursos

SECÇÃO I

Sanções



[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'JW', 'H', 'HPS', 'Rui', 'H', and 'HPS']

Artigo 76.º

Âmbito de Aplicação

1 - As infracções às disposições do presente Regulamento constituem contra-ordenações, sujeitando os utentes, proprietários ou usufrutuários às coimas previstas neste capítulo, independentemente da responsabilidade civil e criminal que por esses factos lhes couberem.

2 - O regime legal e de processamento das contra-ordenações obedecerá ao disposto no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações posteriores, e respectiva legislação complementar.

Artigo 77.º

Admoestação

Nos casos de pequena gravidade e em que seja diminuta a culpa do infractor, poderá ser decidida a aplicação de uma mera admoestação.

Artigo 78.º

Infracções

Constitui contra-ordenação punível com coima, as infracções ao presente regulamento a seguir discriminadas:

1 - A coima de 75,00 € a 1.250,00 € é aplicável nos seguintes casos:

- a) Aos proprietários ou usufrutuários que não executarem, no prazo indicado, a limpeza, desinfeção e entulhamento das fossas e sumidouros;
- b) A quem proceder a despejo ou drenagem de águas residuais, provenientes de fossas para a via pública e terrenos contíguos;
- c) A quem impeça ou se oponha a que os funcionários da entidade gestora exerçam a fiscalização do cumprimento deste Regulamento;
- d) Às infracções ao presente Regulamento não especialmente cominadas.

2 - A coima de 350,00 € a 2.500,00 € é aplicável nos seguintes casos:

- a) Ao proprietário ou usufrutuário que não der cumprimento dentro dos prazos



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

fixados à execução das instalações sanitárias interiores e sua ligação à rede pública;

- b) Aos utilizadores dos prédios, independentemente da sua qualidade de locatários, proprietários ou usufrutuários, ou aos técnicos que consentirem ou executarem a ligação de um sistema de distribuição de água dos prédios com canalizações de esgoto por forma diferente da admitida na legislação em vigor;
- c) Aos utilizadores dos prédios, independentemente da sua qualidade de locatários, proprietários ou usufrutuários, ou aos técnicos que consentirem na ligação, alteração ou modificação das canalizações dos prédios com ou sem traçado aprovado, quando este for exigido;
- d) O consentimento ou execução de canalizações interiores sem que o seu projecto tenha sido aprovado nos termos regulamentares, ou introdução de qualquer alteração nas redes internas em relação aos traçados aprovados;
- e) Aos técnicos responsáveis pelas obras de instalação ou reparação de canalizações interiores que transgredirem as normas deste Regulamento ou outras em vigor sobre drenagem de águas residuais;
- f) O assentamento de qualquer tipo de instalação, equipamento (tubagem, cabos, postes, mobiliário urbano, etc.) ou árvores na zona de protecção da rede de drenagem de águas residuais;
- g) Proceder a lançamentos interditos nas canalizações de esgoto designadamente os previstos no artigo 31.º;
- h) Aos utentes que não cumpram os deveres impostos pelo Decreto-Lei n.º 207/94, de 6 de Agosto, não especificamente previstos neste artigo.

3 - Tratando-se de pessoas colectivas, o montante máximo das coimas será elevado para 30.000,00 €.

Artigo 79.º

Reincidência

No caso de reincidência as coimas mínimas e máximas serão elevadas para o dobro, sem prejuízo dos limites legais em vigor.



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

Artigo 80.º

Competência

A competência para a instrução dos processos de contra-ordenação e a aplicação de coimas cabe ao Presidente da Câmara, sem prejuízo de delegação.

Artigo 81.º

Produto Das Coimas

O produto das coimas consignadas neste Regulamento constitui receita da entidade gestora na sua globalidade.

Artigo 82.º

Reclamações e Recursos Hierárquico

A qualquer interessado assiste o direito de reclamar junto da entidade gestora contra qualquer acto ou omissão desta, que tenha lesado os seus direitos ou interesses legítimos protegidos por este Regulamento.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Artigo 83.º

Desburocratização e Desconcentração de Poderes

Na exigência do cumprimento das normas deste Regulamento, deve a entidade gestora ter a preocupação da eficiência, qualidade do serviço e atenção aos utilizadores adoptando, para o efeito, as medidas que, sendo razoáveis e permitidas, se afiguram mais favoráveis e facilitadoras.

Artigo 84.º

Aplicação no Tempo

A partir da entrada em vigor deste Regulamento, por ele serão regidos todos os serviços e procedimentos, incluindo aqueles que se encontrarem em curso.



Artigo 85.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor quinze dias após a afixação, nos lugares públicos do costume, dos editais que publicitem a sua aprovação.